



Diário Oficial

Cidade de São Paulo

Fernando Haddad - Prefeito

Ano 61

São Paulo, sexta-feira, 8 de janeiro de 2016

Número 4

GABINETE DO PREFEITO

FERNANDO HADDAD

DECRETOS

DECRETO Nº 56.758, DE 7 DE JANEIRO DE 2016

Altera o artigo 1º do Decreto nº 54.498, de 23 de outubro de 2013, que dispõe sobre as atribuições da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 54.498, de 23 de outubro de 2013, com as modificações introduzidas pelos Decretos nº 55.918, de 5 de fevereiro de 2015, e nº 55.966, de 27 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º

XXI – adotar as providências cabíveis e representar a Prefeitura na novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, prevista na Lei Federal nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000." (NR)

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 7 de janeiro de 2016, 462º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 7 de janeiro de 2016.

DECRETO Nº 56.759, DE 7 DE JANEIRO DE 2016

Estabelece disciplina específica de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como normas edilícias para Habitação de Interesse Social, Habitação de Mercado Popular, além de Empreendimento de Habitação de Interesse Social, Empreendimento de Habitação de Mercado Popular e Empreendimento em Zona Especial de Interesse Social, nos termos da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - PDE.

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este decreto estabelece disciplina específica de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como normas edilícias para:

I - Empreendimento de Habitação de Interesse Social - EHS;

II - Empreendimento de Habitação de Mercado Popular - EHMP;

III - Empreendimento em Zona Especial de Interesse Social - ZEIS;

IV - Habitação de Interesse Social - HIS;

V - Habitação de Mercado Popular - HMP.

§ 1º Para fins de aplicação deste decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - EHS: empreendimento de promoção pública ou privada constituído por uma edificação ou conjunto de edificações, destinadas total ou parcialmente a HIS, podendo conter HMP e outros usos complementares R e nR;

II - EHMP: empreendimento de promoção pública ou privada constituído por uma edificação ou conjunto de edificações, destinadas total ou parcialmente a HIS, podendo conter HIS 1, HIS 2 e outros usos complementares R e nR;

III - ZEIS: empreendimento habitacional de interesse social localizado em ZEIS e que contém destinação obrigatória de parte da área construída para HIS;

IV - HIS: unidade habitacional, tendo no máximo um sanitário e uma vaga de garagem, destinada ao atendimento de famílias de baixa renda, classificando-se em dois tipos:

a) HIS 1: destinada a famílias com renda familiar mensal de até R\$ 2.172,00 (dois mil, cento e setenta e dois reais) ou renda per capita de até R\$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais);

b) HIS 2: destinada a famílias com renda familiar mensal superior a R\$ 2.172,00 (dois mil, cento e setenta e dois reais) ou 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais) per capita e igual ou inferior a R\$ 4.344,00 (quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais) ou R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) per capita;

V - HMP: unidade habitacional, tendo no máximo dois sanitários e até uma vaga de garagem, destinada ao atendimento de famílias com renda familiar mensal superior a R\$ 4.344,00 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais) e igual ou inferior a R\$7.240,00 (sete mil duzentos e quarenta reais).

§ 2º Os valores de renda familiar mensal para HIS 1, HIS 2 e HMP definidos nos incisos IV e V do § 1º deste artigo serão atualizados de acordo com o artigo 46 da Lei nº 16.050, de 2014.

Art. 2º Os agentes públicos e privados que podem produzir EHS, ZEIS e HIS são:

I - órgãos da administração direta;

II - empresas de controle acionário público;

III - entidades representativas dos futuros moradores ou cooperativas habitacionais, conveniadas ou consorciadas com o Poder Público;

IV - entidades ou empresas que desenvolvam empreendimentos conveniados ou consorciados com o Poder Público para essa finalidade;

V - empresas ou entidades sem fins lucrativos, quando atuando como executoras ou organizadoras de EHS, no âmbito de programa habitacional subvencionado pela União, Estado ou Município.

§ 1º Serão regulamentados por portaria da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB:

I - o convênio referido nos incisos III e IV do "caput" deste artigo;

II - a forma de indicação da demanda para os lotes e unidades habitacionais licenciados com base neste decreto, com observância das normas específicas de programas que contam com subvenção da União, do Estado ou do Município;

III - o atendimento dos valores máximos da renda familiar mensal e per capita estabelecidos nas definições de HIS 1, HIS 2 e HMP.

§ 2º O convênio referido nos incisos III e IV do "caput" deste artigo poderá ser dispensado para empreendimentos que contenham até 20 (vinte) unidades destinadas a HIS.

§ 3º Pessoa física poderá requerer a emissão da Certidão de Diretrizes ou do Alvará de Aprovação de EHS ou ZEIS, ficando a emissão do Alvará de Execução condicionada à apresentação do convênio da empresa ou entidade promotora do EHS, nos termos dos incisos III e IV do "caput" deste artigo.

§ 4º O EHMP e a HMP, na forma deste decreto, podem ser produzidos por qualquer agente público ou privado, observadas as disposições da regulamentação a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 3º O EHS e o ZEIS podem ser produzidos nas seguintes modalidades:

I - Plano Integrado, envolvendo o parcelamento do solo de interesse social e a produção de unidades habitacionais de interesse social, nas tipologias:

a) Conjunto Vertical: formado por 1 (uma) ou mais edificações verticais, com ou sem acesso comum à via de circulação;

b) Conjunto Horizontal: formado por edificações agrupadas horizontalmente, com, no máximo, 3 (três) pavimentos e 9m (nove metros) de altura contados do piso mais baixo ao teto do andar mais alto, com ou sem acesso comum à via de circulação;

c) Habitação Unifamiliar: correspondendo a uma unidade habitacional por lote, com, no máximo, 3 (três) pavimentos e 9m (nove metros) de altura;

II - Conjunto Horizontal ou Conjunto Vertical em lote ou gleba preexistente, sem parcelamento do solo;

III - Loteamento para Produção de Lotes Habitacionais de Interesse Social - LHIS.

Art. 4º O EHMP pode ser produzido na modalidade Conjunto Horizontal ou Conjunto Vertical em lote ou gleba preexistente, sem parcelamento do solo.

CAPÍTULO II

DA DISCIPLINA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PARA EHS, EHMP E ZEIS

Seção I

DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 5º Os EHS e EHMP são permitidos em toda a Zona Urbana do Município, com exceção de ZER-1, de acordo com o disposto neste decreto.

§ 1º Em ZPI, poderá ser permitida a produção de HIS-1 mediante parecer favorável da Comissão de Avaliação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social - CAEHS.

§ 2º Em ZEPEC, ZEPAM e unidades de conservação ambiental, o licenciamento de EHS e EHMP deve atender a parecer dos órgãos técnicos competentes, no que se refere às questões ambientais e culturais.

§ 3º A Zona Urbana referida no "caput" deste artigo encontra-se delimitada no Mapa 1A da Lei nº 16.050, de 2014.

Art. 6º Os EHS e EHMP, quando localizados fora de ZEIS, devem atender aos parâmetros de aproveitamento, dimensionamento e ocupação dos lotes estabelecidos nos Quadros 1 e 2 deste decreto e à destinação de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da área construída computável do empreendimento para:

I - unidades de HIS, no caso de EHS;

II - unidades de HMP, no caso de EHMP.

§ 1º As áreas computáveis destinadas a unidades de HIS poderão ser somadas àquelas destinadas a unidades de HMP para atendimento à porcentagem estabelecida no "caput" deste artigo e enquadramento do empreendimento como EHMP.

§ 2º Os usos complementares R e nR permitidos são aqueles definidos pela legislação de uso e ocupação do solo para a zona de uso na qual estiver localizado o EHS ou EHMP, devendo os usos nR serem compatíveis com o uso residencial e observar os parâmetros de incomodidade e as condições de instalação aplicáveis.

Art. 7º São considerados empreendimentos de uso misto aqueles que contêm unidades de HIS ou HMP, mas não atendem à porcentagem estabelecida no "caput" do artigo 6º deste decreto.

Parágrafo único. Aos empreendimentos de uso misto referidos no "caput" deste artigo aplicam-se, conjuntamente, as seguintes disposições:

I - a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de acordo com a zona de uso na qual estiver localizado;

II - as isenções previstas nos artigos 15 e 47 deste decreto, apenas para as áreas construídas destinadas a HIS e HMP, observadas as devidas proporções;

III - a exigência ou dispensa do convênio com o Poder Público, bem como da prévia definição da demanda e comprovação de renda dos beneficiários das unidades de HIS e HMP produzidas, conforme regulamentação da SEHAB e disposições deste decreto.

Art. 8º Os ZEIS devem atender à destinação de percentuais mínimos de área construída para HIS 1 e HIS 2 conforme Quadro 4 deste decreto.

§ 1º A exigência estabelecida no "caput" deste artigo aplica-se aos pedidos relativos a:

I - edificação nova;

II - reforma com mudança da categoria ou subcategoria de uso;

III - reforma que envolver a demolição ou ampliação de 50% (cinquenta por cento) ou mais do total da área regular edificada do lote, com ou sem mudança de uso.

§ 2º As exigências estabelecidas no "caput" e no § 1º deste artigo aplicam-se aos imóveis com área de terreno superior a 1.000m² (mil metros quadrados) situados em ZEIS 1, 2, 4 e 5, bem como àqueles com área de terreno superior a 500m² (quinhentos metros quadrados) situados em ZEIS 3, excetuados os imóveis:

I - públicos, destinados a equipamentos sociais de educação, saúde, assistência social, cultura, esportes e lazer e infraestrutura urbana;

II - integrantes do Sistema de Áreas Verdes, conforme artigos 275 a 278 da Lei nº 16.050, de 2014;

III - classificados como ZEPEC-BIR, tombados ou que tenham processo de tombamento aberto pelo órgão competente de qualquer ente federativo.

§ 3º A exigência estabelecida no "caput" deste artigo poderá ser atendida em um conjunto de lotes, contíguos ou não, desde que estejam localizados em ZEIS e na mesma Subprefeitura, utilizando-se como base de cálculo, da área construída a ser destinada para HIS, o total da área a ser construída no empreendimento, considerando-se todos os lotes envolvidos.

§ 4º Para o cálculo dos percentuais de área construída estabelecidos no "caput" deste artigo serão consideradas as áreas computáveis destinadas a HIS, HMP e outros usos.

§ 5º A emissão do Certificado de Conclusão da totalidade das HIS exigidas nos termos deste artigo constitui condição para a emissão do Certificado de Conclusão das edificações correspondentes aos demais usos licenciados.

Art. 9º Os ZEIS devem atender aos parâmetros de aproveitamento, dimensionamento e ocupação dos lotes estabelecidos no Quadro 3 deste decreto.

Parágrafo único. Em todos os tipos de ZEIS, os usos não residenciais que podem integrar o ZEIS e as respectivas condições de instalação são os estabelecidos no Quadro 3A deste decreto, devendo observar os parâmetros de incomodidade aplicáveis.

Art. 10. O parcelamento do solo solicitado após a inclusão do lote ou gleba em perímetro de ZEIS submete todos os lotes resultantes à exigência de destinação de área construída para HIS prevista no artigo 8º deste decreto.

§ 1º Aplica-se o disposto no "caput" deste artigo aos casos de:

I - remembramento, sempre que resultar em lote ou gleba com área superior a 1.000m² (mil metros quadrados) em ZEIS 1, 2, 4 e 5, ou com área superior a 500m² (quinhentos metros quadrados) em ZEIS 3;

II - desdobro, desmembramento ou loteamento, sempre que o lote ou gleba original apresentar área superior a 1.000m² (mil metros quadrados) em ZEIS 1, 2, 4 e 5, ou área superior a 500m² (quinhentos metros quadrados) em ZEIS 3.

§ 2º No caso previsto pelo inciso II do § 1º deste artigo, o parcelamento do solo será permitido apenas quando se tratar de Plano Integrado de ZEIS ou de Loteamento para Produção de Lotes Habitacionais de Interesse Social - LHIS, conforme estabelecido neste decreto.

Art. 11. Nas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais prevalecem as disposições da legislação estadual específica, sempre que esta dispuser sobre os mesmos parâmetros estabelecidos neste decreto.

Art. 12. Em EHS, EHMP e ZEIS, consideram-se não computáveis:

I - em todas as zonas de uso, a área construída:

a) assim considerada na legislação edilícia;

b) no pavimento térreo quando destinada a utilização comum, bem como a destinada a residência do zelador quando igual ou inferior a 60m² (sessenta metros quadrados);

c) destinada a usos não residenciais nR abertos ao público ou de uso institucional, no pavimento ao nível da rua, até o limite de 20% (vinte por cento) da área computável destinada a HIS ou HMP;

II - nas áreas de influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, a área construída:

a) destinada a uso nR, até o limite de 20% (vinte por cento) da área construída computável total do empreendimento;

b) destinada a usos classificados nas subcategorias nR1 ou nR2, localizada no nível da rua com acesso direto ao logradouro, em lotes com testada superior a 20m (vinte metros), até o limite de 50% (cinquenta por cento) da área do lote;

c) destinada a vagas de estacionamento vinculadas ao uso HIS, HMP ou outra tipologia residencial, observado o limite máximo de uma vaga por unidade e a cota de 32m² (trinta e dois metros quadrados) de área por vaga;

d) destinada a vagas de estacionamento vinculadas ao uso não residencial - nR, observada a cota de uma vaga para cada 70m² (setenta metros quadrados) de área construída computável destinada ao uso nR, excluídas as áreas computáveis ocupadas por vagas, desprezadas as frações;

III - fora das áreas de influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, incluindo ZEIS, a área construída:

a) correspondente à circulação de uso comum das unidades de HIS e HMP, limitada a 20% (vinte por cento) da área de cada pavimento;

b) destinada a usos nR no pavimento ao nível da rua, limitada a 20% (vinte por cento) da área do terreno;

c) destinada a vagas de estacionamento vinculadas ao uso HIS ou HMP, observado o limite máximo de uma vaga por unidade;

d) destinada a vagas de estacionamento vinculadas ao uso residencial distinto de HIS ou HMP, observado o limite máximo de duas vagas por unidade;

e) destinada a vagas vinculadas ao uso nR, até o limite exigido na lei de uso e ocupação do solo;

IV - apenas em ZEIS: a área construída destinada a uso não residencial nR até o limite de 20% (vinte por cento) da área computável destinada a HIS e HMP.

Parágrafo único. Os benefícios previstos no "caput" deste artigo podem ser usados cumulativamente, na seguinte conformidade:

I - os benefícios previstos no inciso I com os previstos:

a) no seu inciso II, nas áreas de influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana;

b) no seu inciso III, fora das áreas de influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana;

II - os benefícios previstos nos seus incisos I, III e IV, em ZEIS.

Art. 13. Em ZEIS, nos imóveis que não se enquadrem nas exigências de destinação de área construída para HIS previstas no artigo 8º deste decreto, aplicam-se as disposições da legislação de uso e ocupação do solo referentes às características de aproveitamento, dimensionamento e ocupação dos lotes, bem como às condições de instalação dos usos não residenciais nR.

Parágrafo único. Aplicam-se a ZEIS 5 os mesmos parâmetros estabelecidos para a ZEIS 3 na legislação de uso e ocupação do solo.

Art. 14. No licenciamento de EHS, EHMP e ZEIS fica dispensada a apresentação de Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança EIV/RIV até a aprovação da lei a que se refere o § 1º do artigo 151 da Lei nº 16.050, de 2014.

Seção II

DA OUTORGA ONEROSA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO

Art. 15. Nas ZEIS 1, 2, 3, 4 e 5, a concessão do direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico até o limite do coeficiente de aproveitamento máximo é gratuita para todas as categorias de uso integrantes de ZEIS.

§ 1º As disposições do "caput" deste artigo aplicam-se também no caso das ZEIS 1, 2, 3, 4 e 5 cujos limites estejam compreendidos dentro dos perímetros de Operações Urbanas e Operações Urbanas Consorciadas, observado o coeficiente máximo estabelecido na lei específica de cada Operação.

§ 2º Em todas as demais zonas de uso, inclusive dentro dos perímetros de Operações Urbanas e Operações Urbanas Consorciadas, aplica-se para todas as categorias de uso integrantes de EHS o fator de interesse social estabelecido para HIS no Quadro 5 da Lei nº 16.050, de 2014.

§ 3º No licenciamento de EHS, EHMP, ZEIS, HIS e HMP não se aplicam os estoques de potencial construtivo adicional previstos na Lei nº 13.885, de 2004, ou em leis de Operações Urbanas Consorciadas.

§ 4º No caso de empreendimentos de uso misto referidos no artigo 7º deste decreto, não se aplicam os estoques de potencial construtivo adicional mencionados no § 3º deste artigo apenas para as áreas construídas destinadas a HIS e HMP.

CAPÍTULO III

DAS TIPOLOGIAS HABITACIONAIS DE EHS, EHMP, HIS E HMP

Seção I

DAS CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE HIS E HMP

Art. 16. A unidade de HIS deve atender aos seguintes parâmetros:

I - área útil máxima de 70m² (setenta metros quadrados) e mínima de 24m² (vinte e quatro metros quadrados);

II - máximo de 1 (um) sanitário;

III - pé-direito mínimo de 2,30m (dois metros e trinta centímetros) para sanitário e área de serviço;

IV - pé-direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para os demais compartimentos;

V - máximo de 1 (uma) vaga de estacionamento.

Art. 17. A unidade de HMP deve atender aos seguintes parâmetros:

I - área útil máxima de 70m² (setenta metros quadrados) e mínima de 24m² (vinte e quatro metros quadrados);

II - máximo de 2 (dois) sanitários;

III - pé-direito mínimo de 2,30m (dois metros e trinta centímetros) para sanitário e área de serviço;

IV - pé-direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para os demais compartimentos;

V - máximo de 1 (uma) vaga de estacionamento.

Art. 18. Para aplicação dos artigos 16 e 17 deste decreto, considera-se área útil somente a área coberta de uso privativo da unidade habitacional, não sendo considerada a área da vaga de estacionamento coberta, quando houver, ou frações das áreas comuns.

Seção II

DAS CARACTERÍSTICAS DO CONJUNTO HORIZONTAL E CONJUNTO VERTICAL

Art. 19. Os EHS, EHMP e ZEIS nas tipologias Conjunto Horizontal ou Conjunto Vertical devem atender às seguintes disposições:

I - ter acesso por via de largura mínima de 8m (oito metros);

II - ser implantado em lote com frente mínima do lote de 10m (dez metros);

III - comportar, no máximo, 300 (trezentas) unidades habitacionais por lote ou gleba.

§ 1º Admite-se o número máximo de 500 (quinhentas) unidades habitacionais por lote em empreendimento produzido no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades - PMCMV-E, ou quando devidamente justificado, a critério da CAEHS.

§ 2º Em EHS com até 100 (cem) unidades, admite-se o acesso por via com largura de 6m (seis metros) e terreno com frente mínima do lote de 8m (oito metros).

§ 3º Em EHS com até 20 (vinte) unidades na tipologia Conjunto Horizontal, admite-se o acesso por via de pedestre, conforme Quadro 5 deste decreto, desde que não haja previsão de vagas para estacionamento e seja observada a frente mínima do lote estabelecida no § 2º deste artigo.

§ 4º Em casos devidamente justificados, a CAEHS poderá aceitar variações nos parâmetros estabelecidos neste artigo, observados os seguintes limites:

I - acesso por via de largura mínima de 8m (oito metros);

II - ser implantado em lote com frente mínima do lote de 10m (dez metros);

III - comportar, no máximo, 300 (trezentas) unidades habitacionais por lote ou gleba.

§ 1º Admite-se o número máximo de 500 (quinhentas) unidades habitacionais por lote em empreendimento produzido no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades - PMCMV-E, ou quando devidamente justificado, a critério da CAEHS.

§ 2º Em EHS com até 100 (cem) unidades, admite-se o acesso por via com largura de 6m (seis metros) e terreno com frente mínima do lote de 8m (oito metros).

§ 3º Em EHS com até 20 (vinte) unidades na tipologia Conjunto Horizontal, admite-se o acesso por via de pedestre, conforme Quadro 5 deste decreto, desde que não haja previsão de vagas para estacionamento e seja observada a frente mínima do lote estabelecida no § 2º deste artigo.

§ 4º Em casos devidamente justificados, a CAEHS poderá aceitar variações nos parâmetros estabelecidos neste artigo, observados os seguintes limites:

I - acesso por via de largura mínima de 8m (oito metros);

II - ser implantado em lote com frente mínima do lote de 10m (dez metros);

III - comportar, no máximo, 300 (trezentas) unidades habitacionais por lote ou gleba.

§ 1º Admite-se o número máximo de 500 (quinhentas) unidades habitacionais por lote em empreendimento produzido no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades - PMCMV-E, ou quando devidamente justificado, a critério da CAEHS.

§ 2º Em EHS com até 100 (cem) unidades, admite-se o acesso por via com largura de 6m (seis metros) e terreno com frente mínima do lote de 8m (oito metros).

§ 3º Em EHS com até 20 (vinte) unidades na tipologia Conjunto Horizontal, admite-se o acesso por via de pedestre, conforme Quadro 5 deste decreto, desde que não haja previsão de vagas para estacionamento e seja observada a frente mínima do lote estabelecida no § 2º deste artigo.

§ 4º Em casos devidamente justificados, a CAEHS poderá aceitar variações nos parâmetros estabelecidos neste artigo, observados os seguintes limites:

I - de 10% (dez por cento) na largura mínima da via, estabelecida no inciso I do "caput" e no § 2º ambos deste artigo;
 II - de 5% (cinco por cento) na frente mínima do lote, estabelecida no inciso II do "caput" e no § 2º ambos deste artigo.

Art. 20. As vias dominiais do Conjunto Horizontal ou Vertical devem ser pavimentadas e observar as seguintes larguras mínimas:

- I - para vias de circulação de pedestres:
 - a) 1,20m (um metro e vinte centímetros), quando derem acesso a até 30 (trinta) unidades habitacionais;
 - b) 2,40m (dois metros e quarenta centímetros), quando derem acesso a mais de 30 (trinta) unidades habitacionais;
- II - para vias de circulação de veículos:
 - a) 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros), quando derem acesso a até 60 (sessenta) vagas;
 - b) 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros), quando derem acesso a mais de 60 (sessenta) vagas, podendo ser previstas duas faixas com direção única, observada a largura mínima de 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros) para cada uma.

Parágrafo único. A largura mínima da via de circulação de pedestres referida na alínea "b" do inciso I do "caput" deste artigo poderá ser atendida em duas faixas não contíguas, observada em cada faixa a largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Art. 21. As áreas de estacionamento, quando houver, devem estar localizadas dentro do lote ou gleba e dispor de vagas para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como vagas para motocicletas e bicicletas conforme exigidas na Lei nº 16.050, de 2014 - PDE e no Código de Obras e Edificações - COE.

Art. 22. O Conjunto Horizontal ou Vertical com mais de 20 (vinte) unidades deve prever espaço de uso comum do condomínio, com condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, destinado a:

- I - espaço descoberto para lazer, entregue equipado, com área equivalente a 2m² (dois metros quadrados) por unidade habitacional, com formato que permita a inserção de um círculo com raio de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), podendo ser subdividido em mais de um perímetro;
- II - espaço coberto para uso comunitário, com área equivalente a 0,50m² (meio metro quadrado) por unidade habitacional, observada a área mínima de 12m² (doze metros quadrados).

§ 1º A exigência do inciso I do "caput" deste artigo poderá ser atendida em áreas cobertas, em casos devidamente justificados.

§ 2º No caso de empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, aplicam-se as normas específicas do programa federal, alternativamente ao disposto no "caput" deste artigo.

Art. 23. As edificações do Conjunto Horizontal ou Vertical devem atender aos parâmetros de implantação e volumetria estabelecidos nos Quadros 1, 2 e 3 deste decreto e, ainda, às seguintes disposições:

- I - recuo de frente, inclusive para os subsolos, de 5m (cinco metros), admitida sua supressão, nas seguintes situações:
 - a) a altura máxima da edificação, medida a partir da cota de nível mais baixa no alinhamento até a laje de cobertura, não ultrapassar 1,5 (uma e meia) vezes a largura da via de acesso à edificação;
 - b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) da face de quadra esteja ocupada por edificações no alinhamento da via, de acordo com levantamento aerofotogramétrico do Município de São Paulo, do ano de 2000;
 - c) nos lotes com frente para os eixos relacionados nos incisos II e III do "caput" do artigo 76 da Lei nº 16.050, de 2014, como contrapartida à doação de área para que o passeio seja ampliado para a largura mínima de 5m (cinco metros);
 - II - recuos laterais e de fundo de 3m (três metros), a partir da altura de 9m (nove metros) em relação ao perfil do terreno, conforme consta no Mapa Digital da Cidade - MDC, ou a partir da altura de 6m (seis metros), no caso do subsolo aflorar até essa altura, de acordo com o disposto na lei de uso e ocupação do solo;
 - III - o nível do pavimento térreo deve ser estabelecido de acordo com as disposições da legislação de uso e ocupação do solo.

Parágrafo único. Será admitida a supressão dos recuos lateral e de fundo no caso de lotes:

- I - integrantes do mesmo empreendimento, desde que os projetos sejam aprovados conjuntamente, com garantia de insolação e aeração dos compartimentos;
 - II - lindeiros a área verde pública.
- Art. 24. As edificações dos EHS, EHMP e EZEIS nas tipologias Conjunto Horizontal ou Conjunto Vertical devem observar as seguintes condições:
- I - no mínimo 3% (três por cento) das unidades habitacionais devem ser adaptáveis para o uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
 - II - instalação de elevador, de acordo com as seguintes condições:
 - a) dispensada quando o desnível até qualquer unidade habitacional for, no máximo, de 11m (onze metros) a partir do nível do pavimento de acesso da edificação;
 - b) 1 (um) elevador, no mínimo, quando servir edificação com até 10 (dez) andares acima do térreo;
 - c) 2 (dois) elevadores, no mínimo, quando servir edificação com 11 (onze) ou mais andares acima do nível do térreo;
 - d) no mínimo um dos elevadores, quando houver, deve ser acessível a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
 - III - atender as disposições do COE quanto à segurança de uso e distância entre os blocos;
 - IV - garantir condições de acessibilidade de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida:
 - a) por meio de rampa com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para vencer o desnível entre o logradouro público ou área externa e o piso correspondente à soleira de ingresso das edificações;
 - b) às áreas comuns do condomínio;
 - V - prever reservatórios para acumulação das águas pluviais, de acordo com a legislação municipal vigente.

Parágrafo único. É admitida a instalação de plataforma elevatória para garantir as condições de acessibilidade.

Art. 25. Não se aplicam para HIS, HMP, EHS, EHMP e EZEIS as disposições da legislação de parcelamento uso e ocupação do solo não mencionadas neste decreto.

- § 1º Não se aplicam as disposições do COE não mencionadas neste decreto e tampouco as exigências relativas a:
 - I - sistema de aquecimento de água por meio de energia solar de que trata a Lei nº 14.459, de 3 de julho de 2007;
 - II - reserva de áreas verdes nos estacionamentos, estabelecida pela Lei nº 13.319, de 5 de fevereiro de 2002;
 - III - destinação de unidade e vaga para zelador, estabelecida pela Lei nº 11.783, de 26 de maio de 1995.
- § 2º Aplicam-se as disposições dos §§ 7º e 8º do artigo 79 da Lei nº 16.050, de 2014, referentes às condições de doação de passeio, nos casos de obra nova e reforma, de acordo com o regulamento.

Seção III
DA REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE

Art. 26. No caso de demolição, reforma ou requalificação de edificação existente para a construção de EHS, EHMP ou EZEIS, é permitida a utilização da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento do edifício demolido ou reformado, mesmo que maiores do que os estabelecidos nos Quadros 1, 2 e 3 deste decreto.

§ 1º No caso de reforma para a construção de EHS, EHMP ou EZEIS, poderão ser aceitas, a critério da CAEHS, soluções que não atendam integralmente às disposições previstas neste decreto, desde que:

- I - não sejam reduzidas as condições existentes de salubridade, acessibilidade e segurança;
- II - a adaptação às condições de acessibilidade observe o princípio de adaptação razoável.
- § 2º Consideram-se adaptação razoável as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso.
- § 3º Na requalificação é admitida a ampliação da área construída para suprir as necessidades de adequação e modernização das instalações da edificação, ainda que ultrapasse os índices urbanísticos estabelecidos neste decreto, a critério da CAEHS.
- § 4º Será considerado não computável o aumento de área quando destinado à melhoria das condições de segurança de uso, acessibilidade e higiene da edificação existente.

CAPÍTULO IV
DO PARCELAMENTO DO SOLO DE INTERESSE SOCIAL

Seção I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O parcelamento do solo de interesse social é aquele que resulta em lotes destinados a HIS ou EHS, podendo envolver:

- I - loteamento, correspondendo à subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;
- II - desmembramento, correspondendo à subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, com ou sem doação de área pública;
- III - desdobro de lote, correspondendo à subdivisão de lote existente;
- IV - remembramento de gleba ou lote, correspondendo ao englobamento das áreas de 2 (duas) ou mais glebas ou lotes, para a formação de novas glebas ou lotes.

§ 1º O parcelamento do solo de interesse social não é permitido:

- I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;
- II - em terrenos que tenham sido aterrados ou contaminados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;
- III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas que assegurem a contenção das encostas e a viabilidade da urbanização;
- IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação;
- V - em áreas de preservação ecológica, conforme legislação específica.

§ 2º No caso de EHMP que exigir parcelamento do solo, este deverá atender às disposições da Lei nº 9.413, de 30 de dezembro de 1981.

Art. 28. O licenciamento de loteamento ou desmembramento com destinação de área pública será precedido de emissão de Certidão de Diretrizes urbanísticas, estabelecendo:

- I - traçado do sistema viário principal e sua articulação com vias adjacentes oficiais do entorno, existentes ou projetadas, quando se tratar de loteamento;
- II - localização das áreas de preservação ambiental, incluindo as Áreas de Preservação Permanente - APP;
- III - dimensionamento e localização das áreas verdes e institucionais públicas;
- IV - dimensionamento e localização de faixas sanitárias necessárias ao escoamento das águas pluviais;
- V - faixas não edificáveis, ao longo das faixas de domínio de rodovias, ferrovias e dutos;
- VI - incidência de melhoramento viário público;
- VII - outras recomendações técnicas para a implantação do empreendimento.

Parágrafo único. A Certidão de Diretrizes terá validade de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data da sua publicação no Diário Oficial da Cidade, devendo a aprovação do loteamento ou desmembramento ser solicitada nesse prazo.

Art. 29. Da área total objeto do projeto de loteamento ou desmembramento áreas destinadas, no mínimo, 15% (quinze por cento) para áreas verdes e institucionais públicas.

§ 1º Para EHS e EZEIS em terreno com área superior a 100.000m² (cem mil metros quadrados) ou com mais de 1.500 (um mil e quinhentas) unidades poderá ser exigida a majoração da destinação de áreas públicas, em função da demanda por equipamentos e de condições especiais de mobilidade urbana.

§ 2º No desmembramento, será dispensada a destinação de áreas verdes e institucionais quando:

- I - for comprovado, pelo registro na competente Circunscrição Imobiliária, que a gleba a ser desmembrada apresentava,

anteriormente à data da publicação da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, área global igual ou inferior a:

- a) 10.000m² (dez mil metros quadrados) nas zonas de uso ZER-2, ZER-3, ZCLz-I, ZCLz-II, ZM-1, ZM-2, ZM-3a, ZM-3b, ZCP-a, ZCP-b, ZCL-a, ZCL-b, ZCPlp e ZCLp;
- b) 20.000m² (vinte mil metros quadrados) nas zonas de uso ZPI, ZEPAM, ZEPAG, ZEPEC, ZOE, ZMP, ZERp e ZLI;
- II - a gleba estiver localizada em ZEIS e enquadrar-se numa das seguintes situações:
 - a) a delimitação da ZEIS seccionar a área da gleba, independentemente da sua dimensão, desde que os terrenos resultantes tenham acesso por via pública;
 - b) se for comprovado, mediante registro na competente Circunscrição Imobiliária, que a gleba apresentava, anteriormente a 1 de agosto de 2014, data de entrada em vigor da Lei nº 16.050, de 2014 - Plano Diretor Estratégico, área global igual ou inferior a 20.000m² (vinte mil metros quadrados).

Art. 30. As áreas públicas provenientes do parcelamento do solo de interesse social, incluindo áreas verdes, áreas institucionais e sistema viário, passarão ao domínio público por ocasião do registro ou averbação do empreendimento no competente Cartório de Registros de Imóveis.

Art. 31. O parcelamento do solo para EHS ou EHMP, caracterizado como desdobro ou desmembramento não sujeito à exigência de destinação de áreas públicas verdes ou institucionais, poderá envolver tal destinação mediante declaração do proprietário de que abre mão de qualquer indenização, devendo as áreas provenientes dessa destinação ser averbadas como de domínio público por ocasião do registro ou averbação do empreendimento no competente Cartório de Registros de Imóveis.

Art. 32. O terreno parcialmente ocupado por assentamento irregular, qualquer que seja a situação existente, poderá ser parcelado para possibilitar a aprovação de EHS na porção não ocupada e a regularização da porção ocupada, em processo separado.

Parágrafo único. A destinação de áreas públicas, no caso do parcelamento previsto no "caput" deste artigo, deve ser calculada sobre a área total do lote ou gleba, observadas as disposições deste decreto.

Art. 33. São considerados como lote, para fins da aplicação das disposições deste decreto, os terrenos objeto de lei de desafetação que forem desincorporados da classe de bens de uso comum do povo e transferidos para a de bens dominiais do Município, visando a regularização de favela ou EHS.

Seção II
DAS ÁREAS VERDES E INSTITUCIONAIS PÚBLICAS

Art. 34. O percentual mínimo de áreas públicas pode ser destinado total ou parcialmente para área verde ou área institucional, de acordo com análise físico-ambiental e urbanística do entorno.

Art. 35. A localização e o dimensionamento das áreas verdes públicas devem atender às seguintes disposições:

- I - frente mínima de 10m (dez metros) e acesso por via de circulação de veículos existente ou prevista no projeto de loteamento;
- II - destinação de 50% (cinquenta por cento) do percentual de área verde exigido em porções do terreno com declividade inferior a 30% (trinta por cento);
- III - possibilidade de inscrição de uma circunferência com diâmetro mínimo de 10m (dez metros).

§ 1º A porcentagem estabelecida no inciso II do "caput" deste artigo poderá ser alterada a critério da CAEHS, visando a proteção de Áreas de Preservação Permanente - APP e ocorrências de vegetação protegida pela legislação.

§ 2º As áreas de taludes resultantes de cortes e aterros não podem ser computadas para atender ao dimensionamento e localização de áreas verdes públicas fixados na Certidão de Diretrizes.

Art. 36. A localização e o dimensionamento das áreas institucionais devem atender às seguintes disposições:

- I - frente mínima de 10m (dez metros) e acesso por via de circulação de veículos existente ou prevista no projeto de loteamento;
- II - declividade máxima de 30% (trinta por cento).

Seção III
DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 37. No caso de loteamento para HIS ou EHS, o percentual destinado para o sistema viário é determinado pelo projeto, observadas as disposições da Certidão de Diretrizes e desta seção, bem como os parâmetros estabelecidos no Quadro 5 deste decreto.

Art. 38. O sistema viário proposto deve atender às seguintes disposições:

- I - articulação com via existente de largura mínima de 8m (oito metros);
- II - o comprimento das quadras não será superior a 300m (trezentos metros);
- III - as vias sem saída destinadas à circulação de veículos devem garantir a manobra de retorno, com raio de giro de, no mínimo, 6m (seis metros) no leito carroçável;
- IV - o raio da curva de concordância horizontal entre alinhamentos de lotes nas interseções entre vias deverá atender a normas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB, sendo dispensável em via de pedestre ou via mista;
- V - o projeto das vias deverá prever condições para posteamento, de acordo com as normas da concessionária, e para arborização em pelo menos um dos lados das Vias de Circulação de Veículos do tipo 1 – VCV 1 e das Vias de Circulação de Veículos do tipo 2 – VCV 2.

VI - as vias mistas e de pedestres deverão articular-se com vias VCV 1 ou VCV 2 e terão extensão máxima de:

- a) 50m (cinquenta metros) para via de pedestre;
- b) 150m (cento e cinquenta metros) para via mista.

Seção IV
DA INFRAESTRUTURA

Art. 39. Os loteamentos destinados a HIS e EHS devem ser entregues com a seguinte infraestrutura instalada:

- I - sistema de drenagem de águas pluviais em todas as vias;
- II - colocação de guias e sarjetas em todas as vias VCV 1 e VCV 2;
- III - pavimentação de todas as vias destinadas à circulação de veículos;
- IV - passeio revestido, em faixa de largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), em pelo menos um

dos lados de todos os tipos de via, com guia rebaxada nos cruzamentos para acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

- V - rede de abastecimento de água potável;
- VI - rede de coleta de esgotos;
- VII - arborização de todas as áreas verdes e de todas as vias do tipo VCV 2, no mínimo, em 1 (um) de seus lados;
- VIII - proteção contra erosão das áreas terraplenadas.

§ 1º A infraestrutura do loteamento deverá ser projetada e executada de acordo com as normas técnicas em vigor e, em especial, as normas técnicas da Prefeitura, conforme couber.

§ 2º Excepcionalmente poderá ser dispensado o revestimento do passeio no caso de aprovação na modalidade de Loteamento para Produção de Lotes Habitacionais de Interesse Social - LHIS.

Seção V
DAS CARACTERÍSTICAS DO LOTEAMENTO PARA PRODUÇÃO DE LHIS

Art. 40. O EHS na modalidade de Loteamento para Produção de Lotes Habitacionais de Interesse Social - LHIS deve atender ao estabelecido nas Seções de I a IV deste capítulo, bem como às seguintes disposições:

- I - destinação para LHIS de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da área dos lotes resultantes do loteamento;
- II - garantia de acesso por via de circulação de veículos para, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos LHIS produzidos.
- § 1º Os LHIS produzidos de acordo com o estabelecido no "caput" deste artigo serão destinados exclusivamente para o uso habitacional unifamiliar e deverão apresentar as seguintes áreas:

- I - máxima de 100m² (cem metros quadrados);
- II - mínima de:
 - a) 68m² (sessenta e oito metros quadrados), com frente mínima de 3,40m (três metros e quarenta centímetros) quando o desnível entre a cota do eixo da via e a cota no fundo do lote for de até 3m (três metros);
 - b) 80m² (oitenta metros quadrados), com frente mínima de 5m (cinco metros) quando o desnível for superior a 3m (três metros) até o máximo de 6m (seis metros);

§ 2º Os LHIS poderão ser lembrados exclusivamente para licenciamento de EHS nas tipologias Conjunto Horizontal ou Conjunto Vertical, devendo essa restrição, juntamente com a destinação para HIS na tipologia Habitação Unifamiliar, constar dos alvarás emitidos e do registro de cada LHIS no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 3º Quando prevista, a área de lotes complementar à porcentagem referida no inciso I do "caput" deste artigo deverá ser destinada a uso não residencial de comércio, institucional ou serviços, observados os parâmetros da lei de uso do solo aplicáveis de acordo com a zona de uso.

Seção VI
DO PLANO INTEGRADO

Art. 41. Os EHS e EZEIS na modalidade de Plano Integrado, envolvendo o parcelamento do solo de interesse social e a produção de unidades de HIS na tipologia Habitação Unifamiliar, devem atender a todas as disposições das Seções I a V deste capítulo, no que tange ao parcelamento do solo.

Parágrafo único. No caso previsto no "caput" deste artigo, será admitida a redução das áreas dos lotes previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso II do § 1º do artigo 40 deste decreto para, respectivamente, 60m² (sessenta metros quadrados) e 72m² (setenta e dois metros quadrados).

Art. 42. O EHS e EZEIS na modalidade de Plano Integrado, envolvendo o parcelamento do solo e a produção de unidades de HIS nas tipologias Conjunto Horizontal ou Conjunto Vertical, devem atender a todas as disposições das Seções I a IV deste capítulo, no que tange ao parcelamento do solo.

§ 1º Na modalidade de Plano Integrado, no caso de EHS ou de EZEIS, o cálculo da área construída destinada para HIS será feito sobre o total dos lotes envolvidos, observadas as proporções estabelecidas neste decreto e admitindo-se lotes integralmente destinados a uso não residencial.

§ 2º No caso em que não houver aprovação simultânea do uso não residencial nR, o potencial construtivo máximo do lote destinado a uso não residencial nR será o que resultar da aplicação das proporções estabelecidas neste decreto considerando-se o total de área construída efetivamente destinada para HIS.

§ 3º No caso previsto no § 2º deste artigo, os lotes destinados para uso não residencial nR deverão ser identificados no Alvará de Loteamento para fins de Execução de Obras, juntamente com o registro do máximo de área construída computável permitida nesses lotes e correspondente dispensa de pagamento de outorga onerosa.

Seção VII
DO PLANO DE URBANIZAÇÃO EM ZEIS

Art. 43. Em ZEIS 1 e 3, aplicam-se diretamente os artigos 48 ao 54 da Lei nº 16.050, de 2014, para efeito de implementação dos planos e projetos previstos, observada regulamentação por portaria da SEHAB no que couber.

Art. 44. Nas áreas objeto dos planos referidos no artigo 43 deste decreto, a regularização do parcelamento do solo, edificações e usos preexistentes deve observar as diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos no Plano de Urbanização aprovado pelo respectivo Conselho Gestor e pela CAEHS, observadas as disposições das leis estaduais específicas de Proteção e Recuperação dos Mananciais, ficando dispensado o atendimento dos índices e parâmetros estabelecidos neste decreto.

§ 1º O Plano de Urbanização da ZEIS poderá incluir o licenciamento de novas HIS e EHS nas condições referidas no "caput" deste artigo, inclusive quanto à dispensa do atendimento dos índices e parâmetros estabelecidos neste decreto.

§ 2º O Conselho Gestor referido no "caput" deste artigo será composto por representantes do Poder Público e dos moradores da ZEIS, observada a paridade entre o número de representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§ 3º O número de integrantes do Conselho Gestor será definido em função do número de moradores ou de famílias a serem atendidas na área abrangida pelo Plano de Urbanização, garantido o mínimo de 4 (quatro) integrantes.

Indicadores Econômicos Municipais	
(Válidos provisoriamente para o exercício de 2016)	
1) TRIBUTOS LANÇADOS EM UFIR, EXCETO IPTU	
- Multiplique a quantidade de UFIR (extinta pela medida provisória 1973-67, de 26/10/00) por	R\$ 2,9811
2) TRIBUTOS LANÇADOS EM UFM, EXCETO IPTU	
- Multiplique a quantidade de UFM (extinta desde 01/01/96) correspondente por.	R\$ 142,08
3) IPTU LANÇADO EM UFIR	
- Multiplique a quantidade de UFIR (extinta pela Medida Provisória 1973-67, de 26/10/00) por.	R\$ 1,0641
4) IPTU LANÇADO EM UFM	
- Multiplique a quantidade de UFM (extinta desde 01/01/96) correspondente por.	R\$ 50,71
5) IPTU – Relativo a 1990	132.337,6783
6) IPTU – Relativo a 1991	19.619,0885
7) IPTU – Relativo a 1992	4.375,5295
8) IPCA acumulado de Janeiro a Novembro de 2015.	9,62%

ASSINATURAS

DIÁRIO OFICIAL CIDADE DE SÃO PAULO
 IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP

SAC 0800 01234 01

Assinatura Trimestral	R\$ 291,97
Assinatura Semestral	R\$ 556,13
Assinatura Anual	R\$ 1.059,30

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

www.imprensaoficial.com.br

Rua da Mooca, 1.921 - CEP 03103-902 - Fone (PABX) 2799-9800

CAPÍTULO V**DAS COMISSÕES DE ANÁLISE DE EHS, EHMP E EZEIS****Seção I****DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL – CAEHS**

Art. 45. A Comissão de Avaliação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social – CAEHS, prevista na Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013, tem as seguintes atribuições:

- I - implementar propostas e opinar sobre alterações na legislação específica de EHS, EHMP, EZEIS, HIS e HMP, bem como expedir instruções normativas referentes à sua aplicação;
- II - apreciar e decidir sobre os casos omissos e sobre aqueles que lhe são delegados por norma específica;
- III - analisar e aprovar os Planos de Urbanização ou Projeto de Intervenção em ZEIS ocupadas;
- IV - instruir e decidir outros casos previstos em lei.

Parágrafo único. No caso de EHS executado em mutirão ou em projetos dirigidos à população moradora de cortiços, em propriedade da Administração Pública Direta e de empresa com controle acionário do Poder Público, a CAEHS poderá aceitar critérios técnicos específicos propostos pelo promotor do empreendimento diferentes dos definidos neste decreto.

Seção II**DA SUBCOMISSÃO DE ANÁLISE INTEGRADA DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL – SAEHS**

Art. 46. Compete à SAEHS, criada pelo Decreto nº 54.297, de 2 de setembro de 2013, estabelecer procedimentos especiais para a instrução, análise e decisão dos pedidos de licenciamento de EHS e EZEIS que, de acordo com a legislação aplicável, envolvam a análise e anuência de outros órgãos municipais, abrangendo, em especial:

- I - loteamento;
- II - desmembramento com doação de áreas públicas;
- III - Plano Integrado, quando envolver loteamento ou desmembramento com doação de áreas públicas.

Parágrafo único. Cabe à SAEHS a análise e decisão sobre os pedidos de licenciamento de EHS e EZEIS em terreno com área superior a 100.000m² (cem mil metros quadrados) ou com mais de 1.500 (mil e quinhentas) unidades, nos termos do § 1º do artigo 29 deste decreto, ouvidas previamente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU e a Secretaria Municipal de Transportes – SMT.

CAPÍTULO VI**DAS ISENÇÕES**

Art. 47. Os pedidos referentes à obtenção de alvarás, licenças, diretrizes, autos, certidões, fichas técnicas e outros documentos relativos a HIS, HMP, EHS, EHMP e EZEIS, bem como à moradia econômica disciplinada pela Lei nº 10.105, de 2 de setembro de 1986, alterada pela Lei nº 13.710, de 6 de janeiro de 2004, estão isentos do pagamento de quaisquer taxas e emolumentos.

Parágrafo Único. A isenção prevista no “caput” deste artigo aplica-se à junção de documentos e se estende aos pedidos relativos a parcelamento do solo de interesse social, Plano Integrado e aos demais programas habitacionais de interesse social, incluindo a regularização de EHS, a urbanização de favelas e as intervenções em cortiços.

CAPÍTULO VII**DOS PROCEDIMENTOS PARA LICENCIAMENTO E REGISTRO**

Art. 48. Os documentos necessários para instrução dos pedidos de licenciamento de EHS, EHMP, EZEIS, HIS e HMP serão estabelecidos por portaria da Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL.

§ 1º Para empreendimentos em imóvel de propriedade da Administração Pública Direta Municipal e de empresa com controle acionário do Poder Público Municipal, fica dispensada a apresentação dos projetos de:

- I - arborização das áreas verdes, no caso de desmembramento de gleba;
- II - terraplanagem, drenagem de águas pluviais, pavimentação, guias e sarjetas, rede de abastecimento de água potável, rede de coleta de esgotos e arborização das vias de circulação de veículos e áreas verdes, no caso de loteamento.

§ 2º Para empreendimentos em imóvel de propriedade dos demais agentes públicos ou privados conveniados com o Poder Público, fica dispensada a apresentação dos projetos de drenagem de águas pluviais, pavimentação, guias e sarjetas,

rede de abastecimento de água potável e rede de coleta de esgotos, mediante declaração assinada pelo proprietário e por profissional habilitado, se responsabilizando que os projetos citados e as respectivas obras serão elaborados e implantados em conformidade com as normas vigentes.

§ 3º Nos casos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo, o agente promotor ficará responsável pela elaboração dos projetos e implantação dos empreendimentos, de acordo com as normas técnicas vigentes, aplicando-se em especial as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB.

§ 4º O projeto de terraplanagem deverá ser apresentado no caso de Loteamento para Produção de Lotes Habitacionais de Interesse Social - LHIS, podendo ser dispensado nos demais casos, desde que o agente promotor declare que não haverá terraplanagem em Áreas de Preservação Permanente -APP e demais áreas de preservação da vegetação existente, conforme definidas na Certidão de Diretrizes.

§ 5º Na ocorrência de alteração no projeto por exigência dos órgãos estaduais e emissão de nova Certidão de Conformidade, poderá ser dispensada a emissão de nova Certidão de Diretrizes, a critério da Coordenadoria de Parcelamento do Solo e Habitação de Interesse Social - PARHIS.

Art. 49. As obras e serviços de arborização das áreas verdes deverão ser executados nos termos da legislação municipal vigente.

§ 1º No caso de Plano Integrado, envolvendo desmembramento e implantação simultânea de unidades habitacionais, a arborização das áreas verdes poderá ser executada após a expedição do Certificado de Conclusão das edificações.

§ 2º No desmembramento de gleba promovido pela Administração Pública Municipal Direta ou empresa de controle acionário do Poder Público Municipal, fica dispensada a comprovação da execução da arborização das áreas verdes, nos termos da legislação vigente.

§ 3º No caso previsto no § 2º deste artigo, o agente promotor fica responsável pela execução das obras e serviços de arborização das áreas verdes, nos termos da legislação vigente.

Art. 50. Deverão ser submetidas aos órgãos competentes a análise e aprovação de obras de infraestrutura que envolvam procedimentos não previstos neste decreto, tais como transposição e canalização de córregos, muros de arrimo para contenção de viário existente ou projetado e obras externas ao loteamento, devendo esta obrigação constar dos documentos expedidos.

Art. 51. Os pedidos relativos ao licenciamento das edificações dos EHS, EHMP, EZEIS, HIS e HMP deverão ser apresentados na forma de Projeto Simplificado.

§ 1º As peças gráficas do Projeto Simplificado deverão contemplar:

- I - Levantamento Planialtimétrico, contendo:
 - a) indicação das medidas de cada segmento do perímetro que define o imóvel, indicando-se a extensão levantada e as constantes do título de propriedade;
 - b) nos casos em que a titulação da área for constituída por mais de um título, demarcação e identificação dos vários imóveis que a compõem;
 - c) indicação da área real do imóvel, resultante do levantamento, bem como da constante do título de propriedade;
 - d) linha norte-sul e indicação das curvas de nível, de metro em metro, ou de planos devidamente cotados em terreno que apresente desnível não superior a 2m (dois metros);
 - e) demarcação do perímetro das edificações, bem como das árvores existentes no imóvel, conforme regulamentação vigente;
 - f) demarcação de córregos, águas e faixas de galerias no imóvel ou em suas divisas;
 - g) indicação de largura da via, medida no centro da testada do imóvel e em, no mínimo, 3 (três) pontos, se houver variação da medida;
 - II - planta de implantação, dimensionando os recuos das edificações em relação ao alinhamento e às divisas, os acessos de pessoas e veículos, incluindo todas as vias condominiais, as áreas permeáveis, as saliências, obras complementares, espaços descobertos de lazer, movimento de terra e muro de arrimo, quando houver;

III - planta baixa do perímetro de todos os andares, em escala adequada, sem indicação da compartimentação interna e de aberturas;

IV - cortes esquemáticos, transversal e longitudinal, indicando o perfil natural do terreno, a cota de nível do pavimento térreo e dos demais pavimentos, gabarito, altura da edificação junto às divisas do lote, ático e muros de arrimo, se houver;

V - quadro de áreas, com discriminação das áreas computáveis e não computáveis, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, taxa de permeabilidade, área destinada a espaço coberto de uso comunitário, área útil das unidades tipo, número de unidades e número de vagas de estacionamento.

§ 2º Será de total responsabilidade dos profissionais envolvidos e do proprietário ou possuidor do imóvel, a definição e disposição interna dos compartimentos, suas dimensões e funções, bem como a observância das Normas Técnicas Oficiais – NTOs, especialmente no que se refere à acessibilidade, atendimento à porcentagem de unidades adaptáveis e segurança de uso das edificações.

§ 3º Os profissionais responsáveis pelo empreendimento deverão apresentar declaração atestando a conformidade do projeto às normas técnicas gerais e específicas de construção e às disposições legais e regulamentares aplicáveis aos aspectos interiores das edificações, bem como responsabilidade pela correta execução da obra, de acordo com o projeto aprovado, observadas as normas aplicáveis.

Art. 52. Para EHS, EHMP e EZEIS, quando houver divergência de dimensões ou de área entre o título de propriedade e o levantamento planialtimétrico do imóvel, o documento retiratificado poderá ser apresentado quando do pedido de Certificado de Conclusão Final das edificações.

§ 1º Na hipótese do “caput” deste artigo, os parâmetros de aproveitamento, dimensionamento e ocupação dos lotes, no caso de EHS ou EZEIS envolvendo o parcelamento do solo, deverão observar a menor área entre a constante do título e a apurada no levantamento planialtimétrico, ressalvada a destinação de áreas públicas, que será exigida e calculada em função da maior área.

§ 2º O documento retiratificado deverá ser apresentado com o pedido do Termo de Verificação de Execução de Obras Final - TVEO, quando o EHS envolver somente o Loteamento para Produção de Lotes Habitacionais de Interesse Social - LHIS.

§ 3º O documento retiratificado, mencionado no “caput” e §§ 1º e 2º deste artigo, poderá ser dispensado no caso de EHS, EHMP ou EZEIS que não envolver parcelamento do solo, desde que a divergência de dimensões ou de área entre o título de propriedade e o levantamento planialtimétrico do imóvel for de até 5% (cinco por cento), observada a menor área para aplicação dos índices e parâmetros de aproveitamento, dimensionamento e ocupação.

§ 4º A imissão na posse expedida pela Autoridade Judicial, em ação expropriatória promovida pela Administração Pública Direta ou Indireta com fulcro em declaração de interesse social, constitui documento suficiente para a expedição do Alvará para fins de Execução de Obras do Loteamento e dos Alvará de Aprovação, Alvará de Execução ou Alvará de Aprovação e Execução de Empreendimento Habitacional de Interesse Social – EHS, conforme disposições da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com alterações posteriores, e da Lei Federal 11.977, de 7 de julho de 2009, com alterações posteriores.

Art. 53. A emissão dos documentos de licenciamento seguirá o fluxo de procedimentos estabelecido na portaria mencionada no artigo 48 deste decreto, observando-se que:

I - o prazo de validade do Alvará de Desdobro de Lote é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data de sua expedição, período no qual deverá ser procedido o registro no competente Cartório de Registro de Imóveis;

II - o prazo de validade do Alvará de Desmembramento é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data de sua expedição, período no qual deverá ser procedido o registro no competente Cartório de Registro de Imóveis;

III - o prazo de validade do Alvará de Loteamento para fins de Execução de Obras é de 4 (quatro) anos, contado a partir da data de sua expedição.

Parágrafo único. A manutenção das obras do loteamento até a sua aceitação final, pela Prefeitura, é de responsabilidade do agente promotor.

Art. 54. O Alvará de Loteamento para fins de Execução de Obras não dá direito ao registro do empreendimento no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 1º No caso de loteamento, em qualquer modalidade de EHS, promovido pela Administração Pública Direta ou empresa com controle acionário do Poder Público, o Alvará de Loteamento para fins de Execução de Obras poderá ser expedido com autorização expressa para o registro no Cartório de Registro de Imóveis, devendo, se necessário, ser formalizado Termo de Compromisso de Execução de Obras e destinação dos lotes para HIS, conforme Alvará de Aprovação, Alvará de Execução ou Alvará de Aprovação e Execução das edificações.

§ 2º No caso de EHS do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, operado pela Caixa Econômica Federal - CAIXA e regulamentado pela Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, com alterações posteriores, o Alvará de Loteamento para fins de Execução de Obras poderá ser expedido com autorização expressa para o registro no Cartório de Registro de Imóveis, desde que:

I - a CAIXA forneça, à Prefeitura do Município de São Paulo, declaração de que o empreendimento está enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida;

II - a construtora escolhida pela CAIXA forneça, à Prefeitura do Município de São Paulo, Termo de Compromisso de Execução de Obras do parcelamento e de destinação dos lotes para HIS, conforme Alvará de Aprovação, Alvará de Execução ou Alvará de Aprovação e Execução das edificações.

§ 3º No caso de loteamento, em qualquer modalidade de EHS, promovido por empresa ou entidade conveniada com o Poder Público, o Alvará de Loteamento para fins de Execução de Obras poderá ser expedido com autorização expressa para o registro no Cartório de Registro de Imóveis, desde que:

I - o agente promotor ofereça garantia para execução das obras, por meio de instrumento de hipoteca que vincule 50% (cinquenta por cento) da área dos lotes à Municipalidade;

II - conste dos alvarás emitidos e seja averbado no registro de cada lote no Cartório de Registro de Imóveis, a destinação para:

a) Habitação Unifamiliar, Conjunto Horizontal ou Conjunto Vertical de Interesse Social, nos termos deste decreto, nos casos de Plano Integrado;

b) LHIS, nos termos do artigo 40 deste decreto.

Art. 55. No caso de Plano Integrado envolvendo loteamento, o Certificado de Conclusão das edificações, ainda que parcial, somente poderá ser emitido após a expedição do Termo de Verificação de Execução de Obras Final - TVEO correspondente.

§ 1º Para a expedição do TVEO referente a loteamento promovido pela Administração Pública Municipal Direta ou empresa sob controle acionário do Poder Público Municipal, o agente promotor deverá apresentar declaração atestando a conclusão das obras e serviços de terraplanagem, drenagem de águas pluviais, pavimentação, guias, sarjetas, arborização das vias de circulação de veículos e áreas verdes, obedecidas as normas técnicas vigentes.

§ 2º Para a expedição do TVEO referente a loteamento de promoção dos demais agentes públicos ou privados conveniados com o Poder Público, o agente promotor deverá apresentar:

I - declaração atestando a conclusão das obras e serviços de terraplanagem, drenagem de águas pluviais, pavimentação, guias e sarjetas, obedecidas as normas técnicas vigentes;

II - Atestado de Execução de Arborização – AEA, emitido pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA.

§ 3º A expedição do TVEO deverá atender, conforme couber, às disposições estabelecidas em portaria da Secretaria Municipal de Licenciamento – SEL.

§ 4º Nos casos em que o Alvará de Loteamento para fins de Execução de Obras não tenha autorizado o registro, o Alvará de Loteamento para fins de registro no competente Cartório de Registro de Imóveis somente poderá ser expedido após a emissão

Subprefeituras**SUBPREFEITURA – ARICANDUVA/ FORMOSA/ CARRÃO****Subprefeito: Bruno Romanato Filho**Rua Atucuri, 699 – Vila Carrão – **PABX: 3396-0800** – Vila Carrão

E-MAIL: aricanduva@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – BUTANTÁ**Subprefeita: Maria Rosa da Silva**Rua Ulpianos da Costa Manso, 201 – **PABX: 3397-4600** – Jd.Peri-Peri

E-MAIL: butanta@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – CAMPO LIMPO**Subprefeito: Antonio Carlos Ganem**Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, n.º 59, 65 - **Tel.: 3397-0500** –

Jd. Laranjal

E-MAIL: campolimpo@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – CASA VERDE / CACHOEIRINHA**Subprefeito: Luiz Fernando Queimadelos Gomez**Av. Ordem de Progresso, 1001 - **Tel.: 2813-3250** – Casa Verde

E-MAIL: casaverde@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – CIDADE ADEMAR**Subprefeito: Francisco Lo Prete Filho**Av. Yervant Kissajikian, 416 - **PABX: 5670-7000** – Cidade Ademar

E-MAIL: cidadeademar@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – CIDADE TIRADENTES**Subprefeito: Miguel Reis Afonso**Estrada do Iguatemi, 2.751 - **Tel.: 3396-0000** – Cidade Tiradentes

E-MAIL: tiradentes@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – ERMELINO MATARAZZO**Subprefeito: Alberto Nunes Santos**Av. São Miguel, 5.550 - **Tel.: 2114-0333** – E. Matarazzo

E-MAIL: ermelinomatarazzo@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – FREGUESIA / BRASILÂNDIA**Subprefeito: Alexandre Moratore**Rua João Marcelino Branco, 95 - **PABX: 3981-5000** – V. Nova Cachoeirinha

E-MAIL: freguesia@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – GUAIANASES**Subprefeita: Maria Angela Gianetti**Estrada Itaquera Guaianases, 2.565 - **PABX: 2557-7099** – Guaianases

E-MAIL: guaianases@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – IPIRANGA**Subprefeita: Edna Diva Miani Santos**Rua Lino Coutinho, 444 - **PABX: 2808-3600** – Ipiranga

E-MAIL: ipiranga@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – ITAIM PAULISTA**Subprefeito: Wilson lanelli de Souza**Av. Marechal Tito, 3.012 - **PABX: 2561-6064** – Itaim Paulista

E-MAIL: itaimpaulista@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – ITAQUERA**Subprefeito: Maurício Luis Martins**Rua Augusto Carlos Baumann, 851 - **PABX: 2944-6555** – Itaquera

E-MAIL: itaquera@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – JABAQUARA**Subprefeito: Elder Vieira dos Santos**Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 2.314 - **PABX: 3397-3200** – Jabaquara

E-MAIL: jabaquara@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – JAÇANÃ / TREMEMBÉ**Subprefeito: Carlos Eduardo de Lacerda e Silva**Av. Luiz Stramatis, 300 - **Tel.: 3397-1000** – Jaçanã

E-MAIL: tremembe@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – LAPA**Subprefeito: José Antonio Varela Queija**Rua Guaicurus, 1.000 - **Tel.: 3396-7500** – Lapa

E-MAIL: lapa@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – M’ BOI MIRIM**Subprefeito: Nerilton Antonio do Amaral**Av. Guarapiranga, 1.265 - **PABX: 3396-8400** – Parque Alves de Lima

E-MAIL: mboimirim@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – MOOCA**Subprefeito: Evando Reis**Rua Taquari, 549 - **PABX: 2292-2122** – Moóca

E-MAIL: mooca@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – PARELHEIROS**Subprefeito: Nilton Aparecido de Oliveira**Av. Sadamu Inoue, 5252 - **PABX: 5926-6500** – Jardim dos Alamos

E-MAIL: parelheiros@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – PENHA**Subprefeito: Pedro Guastafarro Junior**Rua Candapuí, 492 - **PABX: 3397-5100** – Vila Marieta

E-MAIL: penha@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – PERUS**Subprefeito: Sérgio Moraes**Rua Ylídio Figueiredo, 349 - **PABX: 3396-8600** – V. Nova Perus

E-MAIL: perus@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – PINHEIROS**Subprefeita: Harmi Takiya**Av. Nações Unidas, 7.123 - **Tel: 3095-9595** – Pinheiros

E-MAIL: pinheiros@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – PIRITUBA/JARAGUÁ**Subprefeito: Carlos Eduardo Silva Diethelm**Rua Luis Carneiro, 193 - **PABX: 3993-6844** – Pirituba

E-MAIL: pirituba@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – SANTANA / TUCURUVI**Subprefeito: Antonio Manoel Esteves**Av. Tucuruvi, 808 - **PABX: 2987-3844** – Santana

E-MAIL: santana@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – SANTO AMARO**Subprefeito: Laercio Ribeiro de Oliveira**Pça. Floriano Peixoto, 54 - **PABX: 3396-6100** – Santo Amaro

E-MAIL: santoamaro@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – SÃO MATEUS**Subprefeito: Fábio Santos da Silva**Av. Ragueb Chohfi, 1400 - **Tel.: 3397-1100** – Pq. São Lourenço

E-MAIL: saomateus@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – SÃO MIGUEL PAULISTA**Subprefeito: Adalberto Dias de Sousa**Rua Ana Flora Pinheiro de Souza, 76 - **Tel.: 2297-9200** – Jacuí

E-MAIL: saomiguelpaulista@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – SÉ**Subprefeito: Alcides Araújo dos Santos**Rua Alvares Penteado, 49/53 - **PABX: 3397-1200** – Centro

E-MAIL: se@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – CAPELA DO SOCORRO**Subprefeito: Antonio Dias Barroso**RUA Cassiano dos Santos, 499 - **PABX: 3397-2700** – Jd. Clípe

E-MAIL: capeladosocorro@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – VILA MARIA / VILA GUILHERME**Subprefeito: Gilberto Rossi**Rua General Mendes, 111 - **PABX: 2967 8100** – Vila Maria Alta

E-MAIL: vilamaria@prefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA – VILA MARIANA**Subprefeito: João Carlos da Silva Martins**Rua José de Magalhães, 450 - **PABX: 3397-4100** – Vila Mariana

do TVEO e do Certificado de Conclusão das edificações, quando se tratar de Plano Integrado.

Art. 56. No caso de Plano Integrado envolvendo o desdobro ou desmembramento de lote ou gleba, o alvará referente ao parcelamento do solo será emitido com ressalva, condicionando o registro no Cartório de Registro de Imóveis à apresentação do Certificado de Conclusão das edificações.

Parágrafo único. A ressalva referida no “caput” deste artigo será dispensada para EHS:

I - promovido pela Administração Pública Direta ou empresa com controle acionário do Poder Público;

II - do Programa Minha Casa Minha Vida, desde que a CAIXA forneça, à Prefeitura do Município de São Paulo, declaração de que o empreendimento está enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida;

III - de iniciativa dos demais agentes promotores, desde que conste dos alvarás emitidos e seja averbada no registro de cada lote, no Cartório de Registro de Imóveis, a sua destinação para HIS, conforme Alvará de Aprovação, Alvará de Execução ou Alvará de Aprovação e Execução das edificações.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. A unidade de HIS em LHS, bem como a moradia econômica definida na Lei nº 10.105, de 2 de setembro de 1986, alterada pela Lei nº 13.710, de 7 de janeiro de 2004, poderão ser licenciadas por meio do Sistema de Licenciamento Eletrônico de Construções – SLC, na mesma forma do pedido de Alvará de Licença para Residência Unifamiliar.

§ 1º Para o caso de HIS na tipologia Habitação Unifamiliar em LHS, ficam dispensadas a apresentação do convênio previsto no artigo 2º deste decreto e a comprovação de renda do proprietário, devendo ser observadas a área máxima do lote estabelecida para o LHS e as características da unidade de HIS, conforme definido no artigo 16 deste decreto.

§ 2º Na reforma de HIS, na tipologia Habitação Unifamiliar em LHS, promovida pelo morador, será admitido o aumento de até 50% (cinquenta por cento) da área útil estabelecida no artigo 16 deste decreto.

§ 3º No caso da moradia econômica deverão ser apresentados os documentos previstos na Lei nº 10.105, de 1986, alterada pela Lei nº 13.710, de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 25.246, de 4 de janeiro de 1988.

Art. 58. Os Alvarás de Aprovação, Alvarás de Execução ou Alvarás de Aprovação e Execução das unidades de HIS e HMP licenciadas e produzidas com base nas disposições deste decreto deverão conter anotação, explicitando a destinação para famílias que atendam aos limites de renda estabelecidos nos incisos IV e V do § 1º do artigo 1º deste decreto.

Art. 59. A Secretaria Municipal de Licenciamento – SEL deverá manter cadastro dos empreendimentos licenciados com base neste decreto e respectivos perímetros, de forma a instruir a análise e a decisão de pedidos subsequentes relativos ao licenciamento de obras ou parcelamento do solo nos mesmos lotes e glebas.

Art. 60. As vias de caráter não condominial pertencentes ao sistema viário de EHS executado pela Administração Pública Direta ou por empresas com controle acionário do Poder Públi-

co, até a data da publicação deste decreto, ficam oficializadas independentemente da zona de uso na qual se situem.

Parágrafo único. São, ainda, consideradas oficiais as vias que: I - servirem de acesso a lotes com lançamento fiscal, desde que não integrem sistema viário condominial, mediante a análise do setor competente;

II - comprovadamente estejam abertas e sejam de uso público anteriormente a 2008 e deem acesso a empreendimentos, incluindo áreas verdes e áreas institucionais, licenciados com base neste decreto.

Art. 61. A alínea “a” do § 3º do artigo 1º do Decreto nº 54.213, de 14 de agosto de 2013, com alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º § 3º a) aos lotes regulares com área de até 1000m² (um mil metros quadrados) em ZEIS-1, ZEIS-2, ZEIS-4 e ZEIS -5;” (NR)

Art. 62. Os processos de licenciamento de EHS, EHMP, EZEIS, HIS e HMP, protocolados até a data da publicação deste decreto e sem despacho decisório, serão analisados e decididos, na seguinte conformidade:

I – aqueles protocolados a partir de 1 de agosto de 2014, integralmente de acordo com as disposições deste decreto;

II - aqueles protocolados antes de 1 de agosto de 2014, de acordo com as disposições deste decreto, com exceção das seguintes disposições, que deverão atender à legislação anterior em vigor:

- a) do § 1º do seu artigo 1º;
- b) de todo o seu Capítulo II;
- c) do inciso II do parágrafo único do seu artigo 29.

§ 1º As exceções referidas no inciso II do “caput” deste artigo serão analisadas de acordo com a legislação em vigor à época do protocolo.

§ 2º No caso previsto no § 1º deste artigo, o interessado poderá optar pela aplicação integral deste decreto, observadas as condições aplicáveis estabelecidas no artigo 380 da Lei nº 16.050, de 2014.

Art. 63. Ficam revogados os Decretos nº 44.667, de 26 de abril de 2004, nº 45.127, de 13 de agosto de 2004, nº 49.130, de 10 de janeiro de 2008, nº 54.074, de 6 de julho de 2013, nº 54.556, de 5 de novembro de 2013, e o artigo 7º do Decreto nº 55.036, de 15 de abril de 2014.

Art. 64. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 7 de janeiro de 2016, 462º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

PAULA MARIA MOTTA LARA, Secretária Municipal de Licenciamento

JOÃO SETTE WHITAKER FERREIRA, Secretário Municipal de Habitação

FERNANDO DE MELLO FRANCO, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 7 de janeiro de 2016.

Quadro 3.A - Condições para instalação de usos não residenciais permitidos em ZEIS			
Subcategorias de uso (a)	Largura da Via (b)	Vagas de automóveis	Espaço para carga e descarga/ Área para embarque e desembarque
nR1	Em vias com largura inferior a 8m (oito metros) e não inferior a 6m (seis metros), observar área construída total máxima de 1500 m²	1/100m² de área construída total	De acordo com a legislação de uso do solo
nR2			
nR3 e Ind 1	(c)	(c)	
(a) Em área de proteção de mananciais observar a legislação estadual específica			
(b) Em via com largura inferior a 6m (seis metros) apenas quando previsto no Plano de Urbanização da ZEIS ou de acordo com a CAEHS em casos justificados			
(c) De acordo com a legislação de uso do solo ou conforme definido pela CAEHS em casos justificados			

QUADRO 4 - Percentuais de área construída para HIS, HMP e outros usos, em ZEIS				
ZEIS	HIS 1	HIS 2	HMP	Outros Usos
ZEIS 1	mínimo 60%	permitido	máximo 20%	
ZEIS 2				
ZEIS 3				
ZEIS 4				
ZEIS 5	mínimo 40%		permitido	máximo 40%

QUADRO 5 - Sistema Viário					
Características		Categoria da Via			
		Pedestre	Mista	VCV1	VCV2
Largura mínima (m)	Via	4	6	8	12
	Leito Carroçável	NA		5,8	7
	Passeios (b)	NA		1 e 1,2	2
Declividade longitudinal	Máxima	NA	15% (a)	15% (a)	15%
	Mínima	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%

Notas:

(a) Poderão ser admitidos, excepcionalmente, declividades de até 18% nas vias VCV 1 e mistas, em trechos isolados, cuja extensão não ultrapasse 50 metros.

(b) De ambos os lados, observada a largura mínima de 1,20m em pelo menos um dos lados

PORTARIAS

PORTARIA 6, DE 7 DE JANEIRO DE 2016

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 9º da Lei 9.167, de 3 de dezembro de 1980, a senhora MARIA ANGÉLICA FERNADES para exercer, em substituição, no período de 11 a 30 de janeiro de 2016, o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, durante o impedimento legal, por férias, do Conselheiro JOÃO ANTONIO DA SILVA FILHO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 7 de janeiro de 2016, 462º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito

PORTARIA 7, DE 7 DE JANEIRO DE 2016

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Designar a senhora MARCIA MARIA FARTOS TERLIZZI, RF 572.409.1, para, no período de 8 a 17 de janeiro de 2016, substituir o senhor MÁRIO WILSON PEDREIRA REALI, RF 600.592.6, no cargo de Secretário Adjunto, símbolo SAD, do Gabinete do Secretário, da Secretaria Municipal de Habitação, à vista de seu impedimento legal, por férias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 7 de janeiro de 2016, 462º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, Prefeito

DESPACHOS DO PREFEITO

DESPACHOS DO PREFEITO

2014-0.339.449-7 - Paulo Campos Vasconcellos - Pedido de Cancelamento de Multa. Recurso - Em face dos elementos que instruem o presente, em especial as manifestações do DPH-AJ, às fls. 26/29, do Assessor Técnico da Secretaria do Governo Municipal, às fls. 30/32 e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, às fls. 33/37, **CANCELO**, com fulcro no art. 48-A da Lei 14.141/06, o auto de multa 13-175.092-5, posto eivado de ilegalidade.

2003-0.047.465-9 - CONQUISTA S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - Alvará de Aprovação e de Execução de Obra Nova - Recurso – I. À vista dos elementos constantes do presente, em especial as manifestações dos técnicos de SERVIN-1, às fls. 166, SERVIN-G, às fls. 167/168, SEL-G, às fls. 169, da Assessoria Técnica de SGM/AJ, às fls. 171/173, e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, às fls. 174/177, as quais adoto como razão de decidir, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso interposto por CONQUISTA S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, com fundamento no inciso II do item 4.A.8 da Seção 4.A do Anexo 4 do Dec.32.329/92, referente ao pedido de alvará de aprovação e execução de obra nova, do imóvel situado na Avenida Paulista, 2.295, zona de uso Z5-003, contribuinte 010.066.0015-9. – II. Dou por encerrada a instância administrativa.

2011-0.246.017-2 - MISTRAL IMPORTADORA LTDA. - Pedido de Auto de Verificação de Segurança – I. À vista dos elementos constantes do presente, em especial as manifestações de SEL, às fls.311/314, do Assessor Técnico de SGM/AJ, às fls.315/317, e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, às fls. 318/319, as quais adoto como razão de decidir, **DOU PROVIMENTO** ao recurso interposto por MISTRAL IMPORTADORA LTDA., nos termos da Lei 11.228/92 e Dec. 32.329/92, relativo ao pedido de Auto de Verificação de Segurança da edificação situada na Rua Serra do Japi, 467, esquina com a Rua Tijuco Preto, categoria de uso nR2, zona de uso ZM-3b, contribuinte 054.031.0046-6. – II. Dou por encerrada a instância administrativa.

2003-1.036.149-0 - MARGARIDA MARIA DOS SANTOS, MARIA DO CARMO DOS SANTOS E MARIA DE FÁTIMA SOUZA DE SANTANA - Pedido de regularização de edificação. Lei 13.558/2003 (Anistia). Recurso – I. À vista dos elementos que instruem o presente processo, em especial as manifestações

técnicas do Assessor Técnico de SGM/AJ, às fls. 141/144, e da Assessoria Jurídica deste Gabinete às fls. 145/147, as quais adoto como razão de decidir, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso interposto por MARGARIDA MARIA DOS SANTOS e outras com fundamento no “caput” do artigo 1º da Lei 13.558/03, referente ao pedido de regularização das edificações destinadas ao uso residencial, composta por 3 casas, situadas na Rua Flor de Madeira, lote 10 da quadra 2 da Vila Santa Inês, zona de uso Z2, contribuinte 131.084.0013-3. – II. Declaro encerrada a instância administrativa.

2003-1.013.980-1 - ROJES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA - Pedido de Regularização de edificação – I. À vista dos elementos constantes do presente, em especial as manifestações da SP-VM, às fls. 73/75, do Assessor Técnico de SGM/AJ, às fls. 76/78 e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, à fl. 79/80, **NEGO PROVIMENTO**, nos termos do inciso II do item 4.A.8 do Dec. 32.329/92, combinado com o “caput” do artigo 25 da Lei 13.558/03, alterada pela Lei 13.876/04, ao recurso interposto por ROJES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/C LTDA, visando a regularização da edificação situada à Av. República do Líbano 176, Jardim Paulista, contribuinte de número 036.087.0016-1, zona de uso Corredor de Uso Especial Z8-CR1-II, lindeiro a Z1. – II. Dou por encerrada a instância administrativa.

2011-0.089.858-8 - SMSU e Polícia Militar do Estado de São Paulo - Convênio com transferência de recursos. Operação Delegada. 5º Aditivo - À vista das precedentes manifestações favoráveis da Comissão Paritária de acompanhamento do Convênio, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e da Assessoria Jurídica deste Gabinete, **AUTORIZO** o 5º aditamento ao convênio GSSP/ATP 77/2011, celebrado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, com vistas à alteração das cláusulas Terceira – Da Gratificação de Desempenho por Atividade Delegada e Nona – Das Disposições Comuns e Décima Primeira – Dos Recursos Financeiros.

SECRETARIAS

DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

GABINETE DO SECRETÁRIO

COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PORTARIA Nº 002/16 – SDTE/COSAN

O COORDENADOR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COSAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e, em especial as constantes dos Decretos Municipais n.os. 46.398/2015 e 56.399/2015, respectivamente,

RESOLVE:

1 – Constituir Comissão Permanente de Licitação – CPL, com a finalidade de processar e julgar os certames licitatórios instaurados no âmbito de competência desta Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo – SDTE, objetivando o preenchimento de vagas nos boxes dos mercados e centrais de abastecimento municipais, bem como nos sacolões da prefeitura, integrada pelos seguintes membros:

- PRESIDENTES: CECI PARAGUASSU SIMON DA LUZ – RF. 812.905.3 ENNIO THOMAZ – RF. 391.925.1
- MEMBROS: ADRIANO DE ALMEIDA CARDOSO – RF. 815.568-2 DIEGO ANTONIO CLETO – RF. 818.325-2 MARCELO MONEGATTO – RF. 602.056-9 MARISA DOS SANTOS NERY SILVA – RF. 649.007-7 ROGÉRIO MAIA DE ANDRADE – RF. 531.564-6
- SECRETÁRIAS: ELIANA MOURA DE PAULA ALVES – RF. 809.971.5 REGINA VELOSO DOS SANTOS – RF. 700.233.6

Quadros do Decreto nº 56.759 , de 7 de janeiro de 2016

QUADRO 1 - Parâmetros de aproveitamento e ocupação dos lotes para HIS, HMP, EHS e EHMP, em Área de Influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana										
Macrozonas	Coeficiente de Aproveitamento				Gabarito de altura (a)	Taxa de Ocupação máxima	Taxa de Permeabilidade mínima (b)	Frente mínima (c)	Recuos mínimos	
	mínimo	básico	máximo						Frente	Laterais e Fundo
			EHS	EHMP						
Macrozona de Estruturação e	0,5	1	6	5	sem limite		0,15			
Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental	-	1	3	2,5	28 (e)	0,8	0,2	10	5,00 ou art. 23	3,00 ou art. 23

- (a) O gabarito de altura máxima de uma edificação é a distância entre o piso do pavimento térreo e o ponto mais alto da cobertura, excluídos o ático e a caixa d'água
- (b) Nas Subprefeituras da Sé e da Mooca ou mediante parecer da CAEHS, a Taxa de Permeabilidade poderá ser reduzida até 0,05 desde que seja implantado reservatório de águas pluviais, de acordo com as
- (c) Ver artigo 19 deste Decreto
- (d) Em área de proteção de mananciais observar a legislação estadual específica sempre que esta dispuser sobre o mesmo parâmetro
- (e) Ver artigo 374 da Lei nº 16.050/14

QUADRO 2 - Parâmetros de aproveitamento e ocupação dos lotes, para HIS, HMP, EHS e EHMP, FORA das Áreas de Influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana												
Macrozonas	Macroáreas	Coeficiente de Aproveitamento				Gabarito de altura (a) e (b)	Taxa de Ocupação Máxima	Taxa de Permeabilidade mínima (a)	Frente mínima (f)	Recuos mínimos		
		mínimo	básico	máximo						Frente	Laterais e Fundo	
				EHS	EHMP							
Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana (c) e (d)	Estruturação Metropolitana	Arco Tietê	0,5	3	2,5	28 (h)	0,15	10	5,00 ou art. 23	3,00 ou art. 23		
		Centro										
		Arco Jumbahua										
		Arco Pinheiros										
		Arco Tamanduaí										
		Faria Lima / Águas Esquadas/ Chucrí Zaidan										
		Arco Jacu-Pissigo										
		Avenida Cuiçabá										
		Arco Leste										
		Nordeste										
Ferrão Dias												
Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental (c) e (d)	Fora da área de proteção aos mananciais	Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental e Controle e Qualificação Urbana e Ambiental	NA	1	1,5	1,25	15 (h)	0,2				
											Área de proteção aos mananciais (g)	Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental e Controle e Qualificação Urbana e Ambiental

- (a) O gabarito de altura máxima de uma edificação é a distância entre o piso do pavimento térreo e o ponto mais alto da cobertura, excluídos o ático e a caixa d'água
- (b) Em áreas de OU ou OUC, observar o c.a. máximo e gabarito da lei específica da Operação.
- (c) Em ZEPAC, ZEPAM e unidades de conservação ambiental, observar parecer dos órgãos técnicos competentes no que se refere às questões ambientais e culturais.
- (d) Nos perímetros de incentivo Jacu-Pissigo e Cuiçabá, delimitados no Mapa 11 do PDE, aplicam-se os índices e parâmetros do Quadro 1 deste decreto, conforme a Macrozona, observado o coeficiente de aproveitamento máximo de 4,0.
- (e) Nas Subprefeituras da Sé e da Mooca ou mediante parecer da CAEHS, a Taxa de Permeabilidade poderá ser reduzida para 0,05 desde que seja implantado reservatório de águas pluviais, de acordo com as normas vigentes.
- (f) Ver artigo 19 deste Decreto
- (g) Em área de proteção de mananciais observar a legislação estadual específica sempre que esta dispuser sobre o mesmo parâmetro
- (h) Ver artigo 374 da Lei nº 16.050/14

QUADRO 3 - Parâmetros de aproveitamento e ocupação em EZEIS									
ZEIS	Coeficiente de Aproveitamento			Gabarito de altura	Taxa de Ocupação Máxima	Taxa de Permeabilidade mínima (c)	Frente mínima (d)	Recuos mínimos	
	mínimo	básico	máximo (a)					Frente	Laterais e Fundo
ZEIS 1(f)	0,5	1	2,5 (b)	sem limite	0,8		10	5,00 ou art. 23	3,00 ou art. 23
ZEIS 2			4						
ZEIS 3			4						
ZEIS 4 (f)			2						
ZEIS 5	0,5	1	4						

- (a) Em áreas de OU ou OUC, observar o c.a. máximo da lei específica da Operação.
- (b) Em situações especiais, o C.A. máximo poderá ser superado até o limite máximo de 4, de acordo com o plano de urbanização de ZEIS aprovado pelo Conselho Gestor de ZEIS e pela CAEHS.
- (c) Nas Subprefeituras da Sé e da Mooca ou mediante parecer da CAEHS, a Taxa de Permeabilidade poderá ser reduzida para 0,05 desde que seja implantado reservatório de águas pluviais, de acordo com as normas vigentes.
- (d) Ver artigo 19 deste Decreto.
- (f) Em área de proteção de mananciais observar a legislação estadual específica sempre que esta dispuser sobre o mesmo parâmetro